



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA Rodoviária Federal – DPRF
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÕES CONTRATOS E CONVÊNIOS

Processo nº 08650.001.325/2010-47

UASG: 200109

Edital de Pregão Eletrônico nº028/2011

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

N.º 028/2011

O **DEPARTAMENTO DE POLÍCIA Rodoviária Federal** torna público, por meio de seu Pregoeiro designado pela Portaria nº 74 de 27 de julho de 2011 que fará realizar licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, do Tipo Menor Preço por Item e por Grupo**, que será regido pela Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo Decreto n.º 5.450/2005 e legislações correlatas, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, de acordo com as condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos, em conformidade com o que consta do Processo n.º **08650.001.325/2010-47**.

A sessão pública de Pregão Eletrônico terá início com a divulgação das Propostas de Preços recebidas e início da etapa de lances, no dia e hora e endereço eletrônico abaixo discriminado:

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasnet.gov.br

ENVIO DA PROPOSTA:

A partir da Publicação deste Edital

RECEBIMENTO E INÍCIO DA ETAPA DE LANCES:

DATA: 05/10/2011 ÀS 09h30min

1. DO OBJETO

1. 1 - Contratação de serviços especializados da área de Tecnologia da Informação, compreendendo: documentação, desenvolvimento, manutenção/adequação, teste, qualidade, implantação e assessoria técnica em TI, conforme especificações e requisitos constantes no Termo de Referência, visando à consecução das atividades desenvolvidas pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

2. CONSTITUEM ANEXOS DO EDITAL E DELE FAZEM PARTE

- a. Termo de Referência – Anexo I**
- b. Minuta de Contrato e/ou de Carta-Contrato – Anexo II**
- c. Planilha de Preço Máximo Admissível – Anexo III**
- d. Modelo de Proposta de Preço – Anexo IV**



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÕES CONTRATOS E CONVÊNIOS

Processo nº 08650.001.325/2010-47

UASG: 200109

Edital de Pregão Eletrônico nº028/2011

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar da presente licitação os interessados (as empresas pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto deste Edital) que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus anexos.

3.2. Não poderão participar desta licitação:

- a) Empresas que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição;
- b) Empresas concordatárias ou que hajam tido sua falência declarada, que se encontrem em processo de dissolução, de difusão, liquidação ou de incorporação e sob concurso de credores;
- c) Empresas que, por qualquer motivo, estejam declaradas inidôneas ou punidas com suspensão do direito de licitar ou contratar com o Departamento de Polícia Rodoviária Federal e demais Órgãos da Administração Pública.
- d) os interessados que estejam sob falência, concordata ou insolvência, em recuperação judicial ou extra-judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação.
- e) empresas estrangeiras que não estabelecidas no País;

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. Para participar do Pregão Eletrônico, o licitante deverá se credenciar no sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do sítio www.comprasnet.gov.br. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (§ 1º, Art. 3º do Decreto 5.450/05), no sítio www.comprasnet.gov.br.

4.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico (§ 6º, art. 3º do Decreto 5.450/05).

4.3. O credenciamento do licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.

4.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros (§ 5º, art. 3º do Decreto 5.450/05).

5. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1. O licitante responsabilizar-se-á formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao DPRF



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÕES CONTRATOS E CONVÊNIOS

Processo nº 08650.001.325/2010-47

UASG: 200109

Edital de Pregão Eletrônico nº028/2011

responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros (inciso III, art. 13 do Decreto 5.450/05).

5.2. Incumbirá ainda ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (inciso IV, art. 13 do Decreto 5.450/05).

5.3. A participação no pregão dar-se-á por utilização da chave de identificação e da senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica (inciso VI, art. 13, do Decreto 5.450/05).

5.4. O licitante deverá remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente por meio eletrônico, via Internet, a proposta e, quando for o caso, seus anexos (inciso II, art. 13 do Decreto 5.450/05).

5.4.1 O sistema disponibilizará campo próprio para a **descrição detalhada do objeto ofertado, de preenchimento obrigatório**, onde o licitante deverá detalhar os elementos técnicos do objeto licitado, sob pena de recusa da proposta.

5.4.2 Descrições com a informação “conforme o edital” ou equivalente poderão ser sumariamente desclassificadas, por não oferecerem informações mínimas a respeito do objeto.

5.5. Como requisito para a participação no pregão o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital e do Termo de Referência e a declaração independente de proposta.

5.6. A Proposta de Preços contendo as especificações técnicas detalhadas do objeto ofertado, deverá ser formulada e enviada, em até 02 (duas) horas, através do fax (0xx61) 2025.6713 ou do endereço eletrônico dicon@dprf.gov.br, após o encerramento da etapa de lances ou convocação do licitante, atualizada em conformidade com os lances eventualmente ofertados, com posterior encaminhamento do original, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir do aceite da proposta, ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal, SEPN 506, Bloco “C” Sala n.º 204, CEP 70.740.503.

5.6.1. A proposta de Preços, em conformidade com o Anexo IV deste Edital, deverá conter:

5.6.1.1. prazo de validade, não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação;

5.6.1.2. declaração expressa de que nos preços cotados estão incluídos todas as despesas, tributos e encargos de qualquer natureza incidentes sobre o objeto deste Pregão Eletrônico, nada mais sendo lícito pleitear a esse título;

5.6.1.3. declaração de que o objeto será entregue no prazo e em conformidade com o estipulado no Edital e anexos, e legislação específica;

5.6.1.4. razão social do proponente, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver;

5.6.1.5. preços atualizados em conformidade com o último lance ofertado, em moeda corrente nacional, expressos em algarismo e por extenso;

5.7. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte da proponente, das condições



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA Rodoviária Federal – DPRF
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÕES CONTRATOS E CONVÊNIOS

Processo nº 08650.001.325/2010-47

UASG: 200109

Edital de Pregão Eletrônico nº028/2011

estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

5.8. A licitante deverá enviar juntamente com a proposta, a “Planilha Detalhada de Composição de Custos e Formação de Preços”, Anexo VII do Termo de Referência, conforme IN nº 2/2008-SLTI, e, o para os Itens 1 e 2, as planilhas XIV e XV respectivamente, devidamente preenchidas, indicando, quando for o caso, os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base no Código Brasileiro de Ocupações – CBO.

5.8.1 Considerando o disposto no item 15.2 deste Edital, a licitante poderá apresentar Planilha de Custos e Formação de Preços para aqueles perfis cuja contratação não se dará por vínculo de emprego, como no caso de Pessoa Jurídica, a qual deverá discriminando todos os custos.

5.9. Caso sejam utilizados materiais e equipamentos na execução dos serviços, indicar sua relação, o quantitativo e especificação.

5.10. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis.

6. DA RECEPÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. A partir da data e horário previsto no preâmbulo deste Edital e, em conformidade com o subitem 5.3, terá início à sessão pública do presente Pregão Eletrônico, com a divulgação das Propostas de Preços recebidas e início da etapa de lances, de acordo com o disposto no Decreto nº 5.450/05.

7. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

7.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

7.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

7.3. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema

7.4. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.5. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

7.6. No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÕES CONTRATOS E CONVÊNIOS

Processo nº 08650.001.325/2010-47

UASG: 200109

Edital de Pregão Eletrônico nº028/2011

permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.6.1. Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após Comunicação aos participantes, no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br.

7.7. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro, mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido por meio do sistema eletrônico aos licitantes, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.8. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no Edital e no Termo de Referência.

7.9 Proprietário de microempresa, de empresa de pequeno porte e de sociedade cooperativa, na condição do artigo 34 da lei nº 11.488, enquadradas no estabelecido pelo art. 44 § 2º, da lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, poderão encaminhar nova proposta após o encerramento da etapa de lances, conforme art. 45 § 3º da referida Lei Complementar.

7.9.1 O sistema enviará mensagem convocando o fornecedor a que se refere o item 7.9 a enviar um lance final que deverá ser inferior ao lance vencedor, no prazo de até 5 minutos, cronometrados a partir da hora do envio da mensagem de convocação dada pelo sistema, sob pena de preclusão.

7.10. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.11. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação, passando então a verificar a habilitação do licitante conforme disposições do Edital.

8. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. Na análise da proposta de preços será verificado o atendimento de todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

8.2. Analisada a aceitabilidade dos preços obtidos o Pregoeiro divulgará o resultado de julgamento das Propostas de Preços.

8.3. A classificação das propostas será pelo critério de **menor preço por item e por grupo**.

8.3.1 Para esta licitação o item 3 (três) a que se refere o TERMO DE REFERÊNCIA foi subdividido em 5 (cinco) itens, sendo: itens 3,4,5,6 e 7, que comporão 1 (um) único grupo, para que, assim, possibilite o envio de lances unitários para cada perfil de profissional exigido no grupo.

8.3.2 Para os itens agrupados a proposta vencedora será a que obtiver o menor valor do



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA Rodoviária Federal – DPRF
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÕES CONTRATOS E CONVÊNIOS

Processo nº 08650.001.325/2010-47

UASG: 200109

Edital de Pregão Eletrônico nº028/2011

grupo, formado pela soma dos itens que o compõe.

8.3.3 A reunião dos itens está informada na Planilha de Preços Máximos Admissíveis.

8.3.4 Nenhum dos valores, detalhados na planilha de preços máximos admitidos, poderá estar acima do valor estimado.

8.4. Os itens 01, 02 e o grupo 1 serão adjudicados para empresas diferentes entre si. Tal restrição visa assegurar a necessária segregação das funções de executor e fiscalizador dos serviços;

8.5. Caso uma empresa licitante participe de mais de um item, ou um item e um grupo, e logre-se ser a vencedora de mais de um dos itens, ou um grupo e um item, deverá manifestar-se por escrito, por solicitação do Pregoeiro, sobre a decisão de desistência do item ou do grupo do qual não deseje ser adjudicado, visando garantir o disposto no item anterior.

8.6. Se a proposta ou o lance de menor preço não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

8.6.1. Ocorrendo a situação a que se refere o inciso anterior, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.7. Não serão aceitas produtividades distintas daquelas informadas para a composição dos custos.

8.8. No julgamento da habilitação, das propostas e das planilhas elencadas no subitem 5.8 deste Edital, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, não sendo possível a majoração dos preços.

8.9. Caso identifique falha passíveis de correção, o pregoeiro solicitará, pelo Chat do Comprasnet, as providências necessárias em até 1h a contar da solicitação, sob pena de desclassificação da proposta caso a licitante não promova as modificações devidas ou reincida nas mesmas falhas.

9. HABILITAÇÃO

9.1. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, O Departamento de Polícia Rodoviária Federal, analisará a regularidade da habilitação dos licitantes por meio de verificação:

a) do SICAF, nos documentos por ele abrangidos;

b) da Declaração de Cumprimento ao Art. 7º, Inciso XXXIII da Constituição;

c) da Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo; e

d) da documentação complementar.

9.1.1 O fornecedor no momento da elaboração e envio de proposta no sítio www.comprasnet.gov.br, também enviará, eletronicamente, as referidas Declarações supracitadas, as quais serão visualizadas pelo pregoeiro na fase de habilitação;

9.1.2 A documentação complementar para habilitação será enviada pela empresa, em até 02



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÕES CONTRATOS E CONVÊNIOS

Processo nº 08650.001.325/2010-47

UASG: 200109

Edital de Pregão Eletrônico nº028/2011

(duas) horas, após encerrada a etapa de lances, pelo Fax: (0xx61) 2025-6713 ou para o endereço eletrônico dicon@dprf.gov.br, e num prazo de 2 (dois) dias úteis, após o aceite da proposta, os documentos originais, juntamente com a proposta a que se refere o subitem 5.6 deste Edital ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal, SEP 506, Bloco “C” Sala n.º 204, CEP 70.740.503, com os seguintes dizeres em sua parte externa e frontal:

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

PREGÃO N.º 028/2011

RAZÃO SOCIAL E CNPJ

PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1.2.1. Deverá constar do envelope a seguinte documentação complementar:

a) Atestado(s) de Capacidade Técnica compatível, emitido(s) por Órgão(s) ou empresa(s) de direito público ou privado, que comprove(m) estar executando ou ter executado, a contento, o objeto deste Pregão Eletrônico, conforme descrições/especificações contidas nos itens 4 e 5 do Termo de Referência.

b) Atestado de Vistoria Técnica devidamente preenchido e assinado por responsável da empresa e por representante do DPRF, conforme modelo do Anexo VIII do Termo de Referência, ou declaração expressa de que o licitante declinou do direito de realizar a vistoria e que conhece todas as condições para a execução do objeto contratado, não podendo alegar qualquer impedimento para a realização dos serviços.

9.2. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada por uma das seguintes formas:

a) Em original.

b) Por qualquer processo de cópia, exceto por fac-símile, autenticada por Servidor Público da Administração, devidamente qualificado ou por Cartório competente.

c) Publicação em órgão da Imprensa Oficial.

10. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

10.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica.

10.1.1. Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do Edital, decidir sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

10.1.2. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.

10.2. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA Rodoviária Federal – DPRF
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÕES CONTRATOS E CONVÊNIOS

Processo nº 08650.001.325/2010-47

UASG: 200109

Edital de Pregão Eletrônico nº028/2011

10.2.1. As dúvidas a serem dirimidas por telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informal.

10.3. As impugnações e esclarecimentos/questionamentos ao Edital poderão ser protocolados na Divisão de Documentação do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, localizado no edifício Sede do DPRF situado no SEPN, W3 Norte, Quadra 506, Bloco C, Brasília - Distrito Federal, ou enviados para o e-mail dicon@dprf.gov.br ou para o fax (61) 2025-6713, no horário de 08h às 12h e de 14h às 17h, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

10.3.1. As impugnações e esclarecimentos/questionamentos somente serão analisados se apresentados tempestivamente e acompanhados de identificação do impugnante/solicitante e, no caso de pessoa jurídica, acompanhados de documentação que comprove a capacidade legal de representar a empresa.

10.3.2. As respostas às impugnações e pedidos de esclarecimentos serão divulgadas mediante publicação nos sites www.dprf.gov.br e www.comprasnet.gov.br, ficando as empresas interessadas em participar do certame obrigadas a acessá-los para a obtenção das informações prestadas.

10.4. Sempre que necessário, com fins de auxiliar a compreensão do Edital, o pregoeiro publicará avisos nos sites www.dprf.gov.br e www.comprasnet.gov.br.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma **imediate e motivada**, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

11.2. Será concedido, ao licitante que manifestar a intenção de interpor recurso, o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões de recurso.

11.3. Os demais licitantes, ficam, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra-razões em igual prazo, a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

11.4. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

11.5. O recurso contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

11.6. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.7. Os prazos, informados nos subitens 11.2 e 11.3, para apresentação, no Departamento de Polícia Rodoviária Federal, da documentação original das razões de recurso e contra-razões, encerram-se às 17:00 horas do terceiro dia útil.

11.8. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Divisão de Licitações – DPRF, Bloco “C”, sala 204, 2º andar, em Brasília – DF, nos dias úteis no horário de 9:00 às 11:00 e de 14:00 às 17:00 horas. Não serão reconhecidos os recursos interpostos, enviados por fax e vencidos os respectivos prazos legais.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÕES CONTRATOS E CONVÊNIOS

Processo nº 08650.001.325/2010-47

UASG: 200109

Edital de Pregão Eletrônico nº028/2011

12. DO AUMENTO E SUPRESSÃO DE QUANTIDADE

12.1. No interesse do DPRF, o objeto deste ato convocatório poderá ser suprimido ou aumentado até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, facultada a supressão além desse limite, por acordo entre as partes, conforme disposto no artigo 65, parágrafos primeiro e segundo, inciso II, da Lei n.º 8.666/93.

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas com a aquisição, objeto da presente licitação, correrá por conta do Programa de Trabalho 06.181.1386.8698.0001 e Elemento de Despesa nº 44.90.39.

14. DO CONTRATO

14.1. Realizado o empenho será encaminhado à vencedora do certame o contrato para assinatura.

14.1.1. A licitante vencedora terá o **prazo de 5 (cinco) dias úteis** contados da data de sua convocação para encaminhar o contrato assinado, o atraso na entrega sem justificativa e prévia comunicação aceita pela contratante implicará em sanções previstas neste Edital.

14.2. A licitante vencedora do certame assinará Contrato com o DPRF, tendo vigência por 24 (vinte e quatro) meses a contar de sua publicação, podendo ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses.

15. DO PRAZO E FORMA DE EXECUÇÃO

15.1 – O serviços serão executados em conformidade com o disposto nos itens 7, 8, 9 e Anexos IA, IB e IC do Termo de Referência.

15.2 – Considerando as características do mercado de TI, a contratada, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes do serviço, até o limite admitido de 30%.

15.3 – A Aceitação dos serviços ocorrerá conforme descrito no item 10 do Termo de Referência.

16. DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

16.1. PARÁGRAFO PRIMEIRO - Obrigações da Contratante

A Contratante obriga-se a:



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÕES CONTRATOS E CONVÊNIOS

Processo nº 08650.001.325/2010-47

UASG: 200109

Edital de Pregão Eletrônico nº028/2011

a - Designar um fiscal para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato/carta-contrato e atestar as faturas, conforme previsto no artigo 67 da Lei 8.666/93 e no item 6 do Termo de Referência.

b - Receber os materiais, fazer a conferência e, quando atenderem ao objeto licitado, aprová-los;

c - Liquidar o empenho e efetuar o pagamento da fatura da(s) empresa(s) vencedora(s) do certame licitatório dentro dos prazos e condições pactuados;

d - Suspender o pagamento da nota fiscal/fatura sempre que houver obrigação contratual pendente por parte da empresa contratada, até a completa regularização;

e - Proporcionar todas as facilidades para que a empresa possa desempenhar seus serviços dentro das condições estabelecidas;

f - Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços e materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa contratada;

g - Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA, devidamente identificados através de crachás, às suas dependências para execução dos serviços;

h - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA para a perfeita execução dos serviços;

i - Tornar disponível, quando for o caso, instalações e equipamentos necessários à prestação dos serviços;

j - Comunicar oficialmente à Contratada quaisquer falhas verificadas no curso da execução do contrato, determinando o que for necessário à sua regularização;

k - Aplicar à Contratada as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis;

l - Verificar o cumprimento dos requisitos de qualificação profissional exigidos no Termo de Referência, bem como pelo CBO do MTE, exigindo da Contratada a substituição do profissional em caso de desatendimento de tais requisitos;

m - Exigir o imediato afastamento e/ou substituição de qualquer empregado da Contratada, ou subcontratado, cuja conduta, atuação, permanência e/ou comportamento sejam qualificados ou entendidos como prejudiciais, inconvenientes, inadequados ou insatisfatórios à disciplina da Contratante ou ao interesse do serviço público;

n - Comunicar oficialmente à Contratada, quando não houver necessidade de substituição de profissional nas ocorrências de ausência temporária, como falta, gozo de férias ou afastamentos legais de qualquer natureza;

o - **Exigir, mensalmente, os documentos comprobatórios do pagamento de pessoal, do recolhimento dos encargos sociais, benefícios, ou qualquer outro documento que julgar necessário;**

p - Acompanhar a entrega dos uniformes, quando for o caso, rejeitando os que não apresentarem boa qualidade e perfeito caimento nos profissionais, ou ainda os que estiverem em desacordo com as especificações exigidas;

q - É vedada à Administração e aos seus servidores a prática de atos de ingerência na administração da contratada, tais como:

q1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da contratada, devendo reportar-se



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÕES CONTRATOS E CONVÊNIOS

Processo nº 08650.001.325/2010-47

UASG: 200109

Edital de Pregão Eletrônico nº028/2011

somente ao(s) fiscal(is) ou preposto por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário, todavia somente quanto ao estritamente essencial para orientá-los quanto aos procedimentos atinentes à execução dos serviços;

q2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na(s) empresa(s) contratada(s);

q3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi designado pela Contratante;

q4. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens;

r) Não se vincular às disposições contidas em Acordos ou Convenções Coletivas que não tratem de matéria trabalhista, tais como as que estabeleçam valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

16.2. PARÁGRAFO SEGUNDO - Obrigações da Contratada

A Empresa Contratada obrigar-se -a:

a) Executar o objeto em perfeitas condições, conforme proposta apresentada e exigências contidas no Edital e anexos.

b) atender de imediato as solicitações do Fiscal do Contrato, corrigindo no prazo máximo de 96 (noventa e seis) horas, após notificação, qualquer ocorrência de interrupção na prestação dos serviços contratados assegurado ao CONTRATANTE a aplicação das penalidades previstas neste Edital e seus anexos;

c) responder, em até 24 horas, solicitações do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, mediante telefone, fax, e-mail ou site a serem fornecidos, para resolução de problemas e esclarecimento de dúvidas de utilização do objeto.

d) Oferecer garantia mínima de 01 (um) ano dos serviços/produtos, *on site*, a contar do recebimento definitivo do mesmo no DPRF/MJ. A garantia do objeto independe da vigência do contrato/carta-contrato.

e) Arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus funcionários durante a execução dos serviços ainda que no recinto do Departamento de Polícia Rodoviária Federal;

f) Atender prontamente qualquer exigência do representante do Departamento de Polícia Rodoviária Federal inerente ao objeto do contrato/carta-contrato;

g) Comunicar ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, ou não, e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

h) Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus à Contratante, inclusive o transporte;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA Rodoviária Federal – DPRF
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÕES CONTRATOS E CONVÊNIOS

Processo nº 08650.001.325/2010-47

UASG: 200109

Edital de Pregão Eletrônico nº028/2011

- i)** Nomear e manter preposto durante toda a execução do contrato/carta-contrato, com poderes para intermediar assuntos relativos ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais;
- j)** Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências do Departamento de Polícia Rodoviária Federal;
- l)** Executar fielmente o objeto contratado, de acordo com as normas legais, zelando sempre pelo seu bom desempenho, realizando os serviços ou entregando o objeto em conformidade com a proposta apresentada e nas orientações da contratante, observando os critérios de qualidade dos materiais a serem fornecidos, conforme prévia vistoria dos produtos a serem adquiridos, de modo a não alegar desconhecimento;
- m)** Não transferir a outrem a execução do objeto do contrato/carta-contrato, no todo ou em parte, sem a prévia e expressa anuência do Departamento de Polícia Rodoviária Federal;
- n)** Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, existentes ao tempo da contratação ou por vir, resultantes da execução do contrato/carta-contrato, salvo os fatos previstos pela teoria da imprevisão aludidos na legislação e doutrina administrativa.
- o)** elaborar e apresentar ao DPRF, mensalmente, relatório das atividades executadas;
- p)** selecionar rigorosamente os perfis que irão prestar os serviços, encaminhando profissionais portadores de referências e respeitando principalmente as exigências contidas no Termo de Referência;
- q)** manter os seus perfis atualizados tecnologicamente, promovendo os treinamentos e participação em eventos de caráter técnico que permitam a prestação dos serviços em regime de excelência;
- r)** fornecer crachá de identificação de uso obrigatório para acesso às dependências do Departamento de Polícia Rodoviária Federal;
- s)** executar as atividades de suporte e operação de sistemas conforme itens 8, 9 e 10 do Termo de Referência;
- t)** responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução das obras e dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE;
- u)** orientar seus funcionários a manter sigilo sobre fatos, atos, dados ou documentos de que tome conhecimento e que tenham relação ou pertinência com a Polícia Rodoviária Federal, durante e após a prestação dos serviços, sujeitando-se a aplicação das sanções civis e penais pelo descumprimento;
- v)** implantar, de forma adequada, a supervisão permanente dos serviços, de modo a obter uma operação correta e eficaz;
- w)** responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seu profissionais, da disciplina nos locais dos serviços, retirando no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal, assegurado ao CONTRATANTE a aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência e seus anexos;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL – DPRF
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÕES CONTRATOS E CONVÊNIOS

Processo nº 08650.001.325/2010-47

UASG: 200109

Edital de Pregão Eletrônico nº028/2011

x) arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

y) Fornecer e manter atualizada junto à Fiscalização do Contrato relação nominal dos empregados e preposto(s), indicando nome completo, função, números de identidade e CPF, endereço e telefone residenciais, número de celular, horário e local de trabalho;

z) Apresentar à Fiscalização do Contrato, sempre que solicitado, os diplomas, certificados, controles de frequência, atestados, comprovantes e carteiras profissionais, bem como quaisquer outros documentos que digam respeito a seus empregados ou que, de alguma forma, tenham relação com o objeto do contrato e/ou com a prestação dos serviços contratados;

aa) Os prestadores que executarem os serviços nas instalações do DPRF deverão iniciar suas atividades dentro do horário previamente estabelecido pela Contratante, trajando uniforme completo, quando existente, e portando, obrigatoriamente, crachá de identificação fornecido pela Contratante, conforme normatização própria, devendo o mesmo ser utilizado na parte superior do uniforme, em local visível, durante todo o tempo em que permanecer nas instalações do DPRF;

ab) Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes dos serviços, tais como: salários, seguros de acidentes, tributos, indenizações, vale-refeição, vale transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;

ac) Efetuar o pagamento dos salários dos seus empregados através de depósito bancário, para facilitar a fiscalização da Administração, nos termos da Instrução Normativa 02/2009- SLTI, de 15 de outubro de 2009, Art. 19-A, III, e suas alterações;

ad) Observar os prazos legais e regulamentares na entrega dos vales-transporte e vales-refeição;

ae) Responsabilizar-se por todos os custos, despesas, encargos e obrigações resultantes de possível reclamação ou demanda judicial relacionada à execução do contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

af) Encaminhar mensalmente à Fiscalização do Contrato as Notas Fiscais/Faturas dos serviços prestados, bem como os comprovantes de pagamento dos salários e benefícios dos empregados e do devido recolhimento dos encargos sociais, e as folhas de ponto, os quais deverão ser entregues no setor de protocolo da Sede da Contratante, acondicionados em envelope endereçado à área responsável pela GESTÃO dos contratos da Contratante;

ag) Adotar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, quando acidentados ou acometidos de mal súbito, por meio do representante indicado como preposto;

ah) Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus funcionários, das normas determinadas pelo DPRF, no que lhes couber, em especial quanto as que se referem à Segurança Orgânica do Órgão, em especial no que se refere ao uso dos serviços de telefonia, e-mail ou outro instrumento disponibilizado pela Contratante;

ai) Encaminhar à Fiscalização do Contrato, com antecedência de 30 (trinta) dias, a relação de empregados que fruirão férias no período subsequente, assim como informar os dados daqueles que irão substituí-los;

aj) Responsabilizar-se pelo transporte de seu pessoal até as dependências da Contratante, por meios



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL – DPRF
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÕES CONTRATOS E CONVÊNIOS

Processo nº 08650.001.325/2010-47

UASG: 200109

Edital de Pregão Eletrônico nº028/2011

próprios ou mediante vale-transporte, inclusive em casos de paralisações dos transportes coletivos;

ak) Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto do Termo de Referência sem a prévia autorização da Contratante;

al) Executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pela Contratações;

am) Manter, durante o período de vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação, qualificação e regularidade exigidas no edital;

17. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

17.1 Os pagamentos serão efetuados até o 10º (décimo) dia útil após a aceitação e homologação dos serviços prestados, por fiscal designado para tal fim, e somente ocorrerá na data se a empresa apresentar as notas fiscais e estiver em situação regular e válida no cadastro do SICAF, inclusive com os documentos nele exigidos, acompanhada do Termo de Recebimento emitido pelo servidor responsável.

17.2 - Em nenhuma hipótese será efetuado pagamento de Nota Fiscal/Fatura com o número do CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços, mesmo que sejam empresas consideradas matriz e filial ou vice-versa ou pertencentes ao mesmo grupo ou conglomerado.

17.3 - O pagamento será creditado em favor da contratada, através de ordem bancária, gerada pelo SIAFI (Sistema integrado de Administração Financeira), contra qualquer entidade indicada na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, a agência e o número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, o qual ocorrerá até o prazo estipulado para o pagamento, desde que atendidas as condições exigidas acima.

17.3.1 - Não será procedido qualquer tipo de pagamento através de boleto bancário ou por outro meio diferente do exigido no subitens 17.2 e 17.3.

17.4 - Será procedida consulta “ON-LINE” junto ao SICAF antes de cada pagamento a ser efetuado à CONTRATADA, para verificação da situação da mesma, relativamente às condições de habilitação exigidas, cujos resultados serão impressos e juntados aos autos do processo próprio de pagamento.

17.5 - Será retida na fonte, quando do pagamento, os tributos elencados na Instrução Normativa Conjunta SRF/STN/SFC nº 480, de 15 de dezembro de 2004, da Secretaria da Receita Federal, ou de norma superveniente emitida por Órgão competente.

17.6 - Na hipótese de atraso do pagamento, fora do prazo estabelecido, cuja nota fiscal foi devidamente atestada e protocolada, em que a CONTRATADA não haja concorrido em motivo para tanto, o valor devido será atualizado financeiramente, a partir do 1º dia útil após a data limite estipulada até a data do efetivo pagamento, sendo definido como índice de atualização a Taxa de Referência (TR), *pro rata temporis*, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM=IxNxVP, onde:

EM= Atualização Financeira



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÕES CONTRATOS E CONVÊNIOS

Processo nº 08650.001.325/2010-47

UASG: 200109

Edital de Pregão Eletrônico nº028/2011

N= Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP=Valor da parcela a ser paga

I= Índice de compensação financeira, assim apurado: $I=(TX/365)=(6/365)= 0,00016438$ (percentual da taxa anual de 6%), por dia incidente sobre o principal.

17.7 - Se na data da liquidação da obrigação por parte da CONTRATANTE existir qualquer um dos documentos exigidos pelo cadastro do SICAF com validade vencida, a CONTRATADA deverá providenciar a(s) sua(s) regularização(ões) junto à sua unidade cadastradora no referido sistema, ficando o pagamento pendente de liquidação até que sua situação seja tornada regular, reiniciando-se, a partir do dia que seja sanada a irregularidade, o prazo para pagamento, sendo que a CONTRATADA se obriga a comunicar a CONTRATANTE da regularização no SICAF.

18- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 - DAS SANÇÕES APLICÁVEIS À PROPONENTE:

18.1.1 - A PROPONENTE que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

18.1.2 - As penalidades serão registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, o licitante será descredenciado por igual período, sem prejuízo das demais cominações legais.

18.2 - DAS SANÇÕES APLICÁVEIS À ADJUDICATÁRIA:

18.2.1 - Caso a adjudicatária se recuse a assinar o contrato/carta-contrato ou retirar a Nota de Empenho ou não assinar o contrato/carta-contrato no prazo indicado, após devidamente notificada, sem motivo justificado, caracterizar-se-á o descumprimento total da obrigação assumida.

18.2.1.1 - Ocorrendo a hipótese referida no subitem 18.2.1, a Coordenação-Geral de Administração determinará a anulação da Nota de Empenho, ficando ainda a adjudicatária, assegurados o contraditório e ampla defesa, sujeita às seguintes sanções:

- a) aplicação de multa compensatória correspondente a 20% (vinte por cento) do valor total da proposta; e
- b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a União e descredenciamento no SICAF prazo de até 5 (cinco) anos.

18.2.2 – O valor da multa de que trata a alínea “a” do subitem anterior deverá ser recolhido pela adjudicatária inadimplente dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir de sua intimação, através de GRU no código da receita informado.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÕES CONTRATOS E CONVÊNIOS

Processo nº 08650.001.325/2010-47

UASG: 200109

Edital de Pregão Eletrônico nº028/2011

18.2.2.1 – Decorrido o prazo sem que haja recurso ou manifestação da adjudicatária, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal, por intermédio da Coordenação-Geral de Administração, adotará as medidas cabíveis visando a cobrança por via judicial.

18.3 – DA MULTA COMPENSATÓRIA:

18.3.1 – A multa compensatória, subitem 18.2.1.1, alínea “a”, será aplicada a adjudicatária que após devidamente notificada, não comparecer para proceder a assinatura do contrato/carta-contrato no prazo indicado, configurando o descumprimento total da obrigação assumida, conforme preconiza o art. 81 c/c art. 87, II, da Lei nº 8.666/93, independente das demais cominações legais cumulativas.

18.3.1.1 - A adjudicatada não incorrerá em multa compensatória quando houver prorrogação do prazo, previamente autorizado pelo órgão licitador, em decorrência de impedimentos efetivamente verificados sem que a ela seja imputável a culpa, ou em decorrência de acréscimos ou modificações no objeto inicialmente ajustado, respeitado o limite legal.

18.4 – DAS ADVERTÊNCIAS:

18.4.1 – ADVERTÊNCIA:

18.4.1.1 - A aplicação de advertência será efetuada nos seguintes casos:

- a) descumprimento das obrigações assumidas contratualmente, desde que não acarretem prejuízos para a CONTRATANTE, independentemente da aplicação de multa moratória;
- b) execução insatisfatória ou inexecução dos serviços/fornecimento, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou inidoneidade;
- c) outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento dos serviços/fornecimento da, ou para a CONTRATANTE, a seu critério, desde que não sejam passíveis de sanção mais grave;

18.5 - MULTA MORATÓRIA:

18.5.1 - A multa moratória, ex vi do art. 86, e multa por inexecução contratual, ex vi do art. 87, ambos dispositivos da Lei n.º 8.666, de 1993, na forma e nos percentuais abaixo estabelecidos, serão aplicadas quando a contratada deixar de cumprir ou descumprir de forma parcial ou total as obrigações inerentes ao objeto do contrato/carta-contrato, como também as obrigações acessórias legais ou extra-legais relacionadas no instrumento contratual, independente das demais cominações legais cumulativas.

18.5.1.1 - A multa moratória será cobrada pelo atraso injustificado na entrega do bem ou de quaisquer relatórios ou documentos a ele relacionados, solicitado pelo responsável pelo acompanhamento do contrato/carta-contrato com prazo determinado para entrega, sem justificativa por escrito e aceito pelo preposto do órgão licitador, sujeitará a adjudicatária ou a



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA Rodoviária Federal – DPRF
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÕES CONTRATOS E CONVÊNIOS

Processo nº 08650.001.325/2010-47

UASG: 200109

Edital de Pregão Eletrônico nº028/2011

contratada, conforme o caso, à multa de mora de 0,5% (meio por cento por dia de atraso) do valor da proposta ou da etapa a ser adimplida, até a data do efetivo cumprimento, observado o limite de 20% (vinte por cento) do valor da proposta ou do contrato/carta-contrato, conforme o caso. Atingido tal limite, será considerada a inexecução total da obrigação assumida e/ou será rescindido unilateralmente o contrato/carta-contrato, conforme o caso.

18.5.1.2- a multa moratória será aplicada a partir do 2º (segundo) dia útil da inadimplência, contados da data definida para o regular cumprimento da obrigação.

18.5.2 - Multa por inexecução contratual:

18.5.2.1 - a multa por inexecução parcial ou total do contrato/carta-contrato será aplicada quando a contratada incorrer, dentre outras, em uma das situações a seguir indicadas, no percentual de até 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado da obrigação não cumprida:

18.5.2.1.1 - deixar de cumprir integralmente a etapa de fornecimento no prazo avençado, inclusive seus acessórios, caracterizando o inadimplemento total da obrigação, com lesão ao interesse público, que enseje rescisão unilateral do contrato/carta-contrato.

Multa: 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/carta-contrato.

18.5.2.1.2 - cumprir parcialmente o objeto do fornecimento, caracterizando como fornecimento do bem de forma parcelada, que não esteja devidamente autorizado a fazê-la, ou seja, de sucessivas vezes para completar o contratado, ou de forma incompleta, isto é, não entregar o objeto contratado dentro do limite de quantidade estipulado;

Multa: 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato/carta-contrato.

18.5.2.1.3 - fornecer o bem ou serviço em desacordo com os padrões exigidos pela Polícia Rodoviária Federal, ou fora dos padrões de segurança e qualidade definidos independente de menção expressa no Edital;

Multa: 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato/carta-contrato.

18.5.2.1.4 - se, a partir do 2º (segundo) dia útil, após devidamente notificada, não corrigir ou sanar, os defeitos ou incorreções constatados em qualquer fase de execução do contrato/carta-contrato, relativo ao bem fornecido, bem como não realizar a substituição dos equipamentos fornecidos em desacordo com o contratado.

Multa: 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato/carta-contrato.

18.5.3 - A aplicação da multa por inexecução contratual independe da multa moratória eventualmente já aplicada ou em fase de aplicação, podendo ser aplicada cumulativamente.

18.5.3.1 – A multa aplicada após regular processo administrativo, garantido a ampla defesa e o contraditório, serão deduzidas da garantia oferecida como garantia do contrato/carta-contrato.

18.6 - SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO DIREITO DE LICITAR E CONTRATAR COM A UNIÃO:

18.6.1 - A suspensão do direito de licitar e contratar com a UNIÃO, independente das demais cominações legais cumulativas, pode ser aplicada ao licitante ou ao contratado que, de forma dolosa ou culposa, prejudicar o andamento ou execução do certame licitatório, e especialmente a:



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÕES CONTRATOS E CONVÊNIOS

Processo nº 08650.001.325/2010-47

UASG: 200109

Edital de Pregão Eletrônico nº028/2011

18.6.1.1 - se recusar a fornecer informações suficientes ou fornecê-las inadequadamente, no que diz respeito à sua fruição, qualidade e riscos de operacionalização;

18.6.1.2 - cometer quaisquer irregularidades que acarretem ou possam acarretar prejuízos ao órgão licitador;

18.6.1.3 - tiver sofrido, até a data da licitação, condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal ou trabalhista ou previdenciária no recolhimento de quaisquer tributos contribuições sociais;

18.6.1.4 - praticar atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;

18.6.1.5 - demonstrar, na época da licitação, não possuir idoneidade para licitar e contratar com o órgão licitador, em virtude de atos ilícitos praticados;

18.6.1.6 - praticar ação com improbidade e premeditada em prejuízo do órgão licitador ou ações que evidenciem interesses escusos ou má-fé;

18.6.1.7 - apresentar ao órgão licitador, quando da licitação, documento falso ou falsificado, no todo ou em parte:

PRAZO DE SUSPENSÃO: até 5 (cinco) anos.

18.7 - DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

18.7.1 - A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com toda a Administração Pública será proposta pelo Pregoeiro, pela Divisão de Licitações Contratos e Convênios ou por servidor ou por fiscal devidamente designado para fiscalizar o contrato/carta-contrato, conforme a situação, a Autoridade competente do DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, visando a aplicação da sanção à licitante ou a contratada, pelas seguintes situações e prazo:

18.7.1.1 - condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

18.7.1.2 - prática de atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

18.7.1.3 - demonstração de não possuir idoneidade para licitar e contratar com o órgão licitador, em virtude de atos ilícitos praticados;

18.7.1.4 - praticar ação com improbidade ou ações premeditadas que evidenciem interesses escusos ou má-fé em prejuízo do órgão licitador;

18.7.1.5 - apresentar na licitação qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, na licitação ou durante a execução do contrato/carta-contrato;

18.7.1.6 - se recusar a assinar o contrato/carta-contrato, quando devidamente convocado, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida.

PRAZO DE DECLARAÇÃO: até 5 (cinco) anos.

18.8 - DA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÕES CONTRATOS E CONVÊNIOS

Processo nº 08650.001.325/2010-47

UASG: 200109

Edital de Pregão Eletrônico nº028/2011

18.8.1 - As sanções de que tratam o item 18 serão aplicadas pelo Coordenador-Geral de Administração do Departamento de Polícia Rodoviária Federal com exceção da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública.

18.8.1.1 - Dos atos praticados pelo Coordenador-Geral de Administração, caberá recurso ao Diretor-Geral do Departamento de Polícia Rodoviária Federal no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da intimação do ato, o qual deverá ser interposto perante a autoridade recorrida, que poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo, devidamente informado, para apreciação e decisão da autoridade superior.

18.8.2 - A declaração de inidoneidade será proposta ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça, mediante parecer fundamentado, a quem caberá decidir e aplicar a sanção.

18.8.3 - A aplicação das sanções será efetuada mediante autuação em processo administrativo instaurado para esta finalidade, aberto mediante requerimento devidamente fundamentado apresentado pelo Pregoeiro, pela Divisão de Licitações Contratos e Convênios ou por servidor ou por fiscal devidamente designado para fiscalizar o contrato/carta-contrato, conforme a situação, observado o contraditório e a ampla defesa no âmbito administrativo, observando-se as disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como da Lei nº 9.784/99, no que couber.

18.8.3.1 - Após instauração do processo administrativo, será comunicado ao preposto da empresa contratada a situação que gerou a ocorrência e a intenção de aplicação da penalidade, abrindo-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis para oferecimento de defesa prévia. No caso de aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, o prazo para o oferecimento de defesa prévia será de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação e abertura de vista dos autos na sede do órgão licitador.

19 - DA GARANTIA CONTRATUAL:

19.1 - O DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL exigirá da licitante vencedora/contratada, como garantia do contrato/carta-contrato, a prestação de garantia para execução das obrigações assumidas, cabendo à mesma optar por uma das seguintes modalidades:

19.1.1 - Caução em dinheiro ou título da dívida pública;

19.1.2 - Fiança bancária;

19.1.3 - Seguro-garantia.

19.2 - A garantia a que se refere o subitem 19.1 corresponderá a 5% (cinco por cento) do valor do contrato/carta-contrato (art. 56, parágrafo 2º, Lei nº 8.666/93).

19.3 - No caso de se prestar caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública como garantia, a empresa adjudicatária deverá fazer o devido depósito na Caixa Econômica Federal, conforme determina o art. 1º, inciso IV, do Decreto-Lei nº 1.737, de 20 de dezembro de 1979, tendo como beneficiário o DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, cuja via do termo da caução ou do depósito do título deverá ser entregue no ato da assinatura do contrato/carta-contrato;

19.4 - No caso de apresentação de fiança bancária como garantia, a mesma deverá ser emitida em nome do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, devendo constar do instrumento, a renúncia



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÕES CONTRATOS E CONVÊNIOS

Processo nº 08650.001.325/2010-47

UASG: 200109

Edital de Pregão Eletrônico nº028/2011

expressa pelo fiador, dos benefícios previstos nos Arts. 821, 827, 835, 837, 838 e 839, todos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil; art. 77 do Código de Processo Civil; arts. 261 e 262 do Código Comercial, cuja via do termo deverá ser entregue no ato da assinatura do contrato/carta-contrato.

19.5 - No caso de apresentação de seguro-garantia como garantia contratual, o mesmo deve ter como beneficiário direto, único e exclusivamente, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal/Contratante, cuja via do termo deverá ser entregue no ato da assinatura do contrato/carta-contrato.

19.6 - Se apresentada garantia contratual nas modalidades de fiança bancária ou seguro-garantia e, em havendo prorrogação da vigência do contrato/carta-contrato, em sucessivo período, exigir-se-á nova prestação de garantia cobrindo o período estendido nas mesmas condições apresentadas quando da assinatura do contrato/carta-contrato, salvo se houver solicitação da CONTRATADA para mudança na modalidade da garantia, cuja aceitação da modalidade é de exclusiva liberalidade da contratante.

19.7 - A garantia prestada pela contratada será liberada ou restituída após a execução do contrato, observado o disposto no art. 56, § 4º, se for o caso, e no art. 73, ambos da Lei nº 8.666/93, e somente ocorrerá ante a comprovação de que a empresa cumpriu com as obrigações decorrentes da contratação.

19.8 A Garantia apresentada deve prever, expressamente, que ocorrendo aplicação de multa, após regular processo administrativo, o valor correspondente poderá, a critério da Contratante, ser descontada da garantia contratual.

19.9 - Se a garantia for utilizada em pagamento de qualquer obrigação ou de multa aplicada, após o devido processo legal, assegurado o contraditório e ampla defesa, a contratada se obrigará a fazer a respectiva reposição, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data em que for notificada pela contratante.

20. DA REPACTUAÇÃO DE PREÇOS DO CONTRATO

20.1. Face à elevação dos custos da contratação, a contratada poderá solicitar repactuação de preços, como espécie de reajuste contratual, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano das datas dos orçamentos aos quais a proposta se referir, conforme estabelece o art. 5º do Decreto nº 2.271, de 1997.

20.1.1. A repactuação para fazer face à elevação dos custos da contratação, respeitada a anualidade disposta no caput, e que vier a ocorrer durante a vigência do contrato, é direito do contratado, e não poderá alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, conforme estabelece o Art. 37, inciso XXI da Constituição da República Federativa do Brasil, sendo assegurado ao prestador receber pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÕES CONTRATOS E CONVÊNIOS

Processo nº 08650.001.325/2010-47

UASG: 200109

Edital de Pregão Eletrônico nº028/2011

20.1.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajuste dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

20.1.3. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas quanto forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

20.1.4. A repactuação para reajuste do contrato, em razão de novo acordo, dissídio ou convenção coletiva, deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

20.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir:

20.2.1. da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão-de-obra e estiver vinculada às datas-base destes instrumentos.

20.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação”.

20.4. As repactuações serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, ou do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação, conforme for à variação de custos, objeto da repactuação.

20.5. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

20.6. Quando da solicitação da repactuação, para fazer jus a variação de custos decorrente do mercado, esta somente será concedida mediante a comprovação, pelo contratado, do aumento dos custos, considerando-se:

20.6.1. os preços praticados no mercado e em outros contratos da Administração;

20.6.2. as particularidades do contrato em vigência;

20.6.3. o novo acordo ou convenção coletiva das categorias profissionais;

20.6.4. a nova planilha com a variação dos custos apresentada;

20.6.5. indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e

20.6.6. a disponibilidade orçamentária do órgão contratante.

20.7. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

20.8. As repactuações, como espécie de reajuste, serão formalizadas por meio de apostilamento, e não poderão alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverão ser formalizadas por aditamento.

20.9. O prazo referido no subitem 20.7 ficará suspenso enquanto a contratada não cumprir os atos



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÕES CONTRATOS E CONVÊNIOS

Processo nº 08650.001.325/2010-47

UASG: 200109

Edital de Pregão Eletrônico nº028/2011

ou apresentar a documentação solicitada pela Contratante para a comprovação da variação dos custos.

20.10. A Contratante poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela contratada.

20.10.1. As repactuações a que o contratado fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do contrato, serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

20.11. Os novos valores contratuais, decorrentes das repactuações, terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

20.11.1. a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

20.11.2. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

20.11.3. em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente, quando a repactuação envolver revisão do custo de mão-de-obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, convenção ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras;

20.12. Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

20.13. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no Art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente no ato da sessão pública.

21.2. Fica assegurado ao DPRF o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

21.3. Quando a descrição do objeto no SIASG divergir do Edital e seus anexos, considerar-se-á as especificações do segundo.

21.4. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o DPRF não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.5. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

21.6. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÕES CONTRATOS E CONVÊNIOS

Processo nº 08650.001.325/2010-47

UASG: 200109

Edital de Pregão Eletrônico nº028/2011

fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

21.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

21.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no DPRF.

21.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

21.10. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança da futura contratação.

21.11. A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito à contratação do objeto licitado.

21.12. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 3.555, publicado no DOU de 09 de agosto de 2.000 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 e Decreto nº 5450/2005.

21.13. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital, será o da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro.

21.14. Serão desclassificadas as licitantes que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis.

Brasília-DF, 20 de setembro de 2011

.....
Pregoeiro (a) Oficial/DPRF



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÕES CONTRATOS E CONVÊNIOS

Processo nº 08650.001.325/2010-47

UASG: 200109

Edital de Pregão Eletrônico nº028/2011

ANEXO I – DO EDITAL

TERMO DE REFERÊNCIA

(verificar o arquivo correspondente)



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÕES CONTRATOS E CONVÊNIOS

Processo nº 08650.001.325/2010-47

UASG: 200109

Edital de Pregão Eletrônico nº028/2011

ANEXO II- DO EDITAL

- MINUTA -

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/2011 - DPRF

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO,
REPRESENTADA PELO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA,
POR INTERMÉDIO DO DEPARTAMENTO DE
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, E A EMPRESA
XXXXXXXXXX.**

CONTRATANTE:

Razão Social: DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIÁRIA FEDERAL		
CNPJ/MF: 00.394.494/0104-41	Ramo de Atividade: Administração Pública	
Endereço: Av. W3 NORTE 506 BLOCO C PROJEÇÃO 8		
Cidade: BRASÍLIA	UF: DF	CEP: 70740-503
Telefone: (61) 2025-6700	FAX: (61) 2025-6713	
DADOS DO REPRESENTANTE DO DPRF:		
MARCELO APARECIDO MORENO Coordenador-Geral de Administração	Competência dada pelas Portarias Ministeriais nº: 1.375, de 02 de agosto de 2007; 96, de 17 de fevereiro de 2004.	
RG: 235.506.217 SSP/SP	CPF: 017.208.089-45	

CONTRATADA:

Razão Social: XXXXXXXXXXXXX		
Endereço: XXXXXXXXXXXXX		
Cidade: XXXXXXXXXXXXX	UF: XX	CEP: XX.XXX-XXX
CNPJ: XX.XXX.XXX/XXXX-XX	Telefone: (XX) XXXX-XXXX	FAX: (XX) XXXX-XXXX
E-mail: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX		
Representante da Empresa: XXXXXXXXXXXXX		
PROCURADOR	RG: XXXXXXXXXXX SSP/XX	CPF: XXX.XXX.XXX-XX
E-mail:		

As pessoas acima especificadas resolvem celebrar o presente Contrato, referente ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2011, regido pelo Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, aplicando-se as normas do Decreto nº 3.722, de 9 de janeiro de 2001, alterado pelo Decreto nº 4.485, de 25 de novembro de 2002, e Instrução Normativa nº 5, de 21 de julho de 1995, do Ministério da Administração e Reforma do Estado, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e as disposições estabelecidas no Edital e em seus anexos, para contratação de pessoa jurídica, de acordo com as especificações técnicas e condições constantes no Edital, Termo de Referência e Anexos, decorrentes do processo administrativo nº 08650.001.325/2010-47, mediante as cláusulas e condições seguintes:



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA Rodoviária Federal – DPRF
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÕES CONTRATOS E CONVÊNIOS

Processo nº 08650.001.325/2010-47

UASG: 200109

Edital de Pregão Eletrônico nº028/2011

1 CLAUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

- 1.1** Contratação de serviços especializados da área de Tecnologia da Informação, compreendendo: documentação, desenvolvimento, manutenção/adequação, teste, qualidade, implantação e assessoria técnica em TI, conforme especificações e requisitos constantes no Edital de Pregão Eletrônico nº 028/2011, visando à consecução das atividades desenvolvidas pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

<i>Objeto</i>		<i>QTD</i>	<i>Valor unitário</i>	<i>Valor Total</i>
01	<i>(descrição detalhada, incluindo marca e modelo)</i>	---	R\$	R\$

2 CLÁUSULA SEGUNDA - Da Fundamentação Legal e Documentos Vinculados

- 2.1** A lavratura do presente contrato decorre do Edital de Pregão Eletrônico nº 028/2011 e seu Termo de Referência, ao qual se encontra vinculado, sem necessidade de transcrição, regidos pela Lei nº 10.520, bem como Decreto nº 3.555/2002 e nº 5.450/2005 e subsidiariamente pelas normas da Lei 8.666/93, e suas alterações.

3 CLÁUSULA TERCEIRA - Das Responsabilidades e Obrigações das Partes

3.1 Obrigações da Contratante

- a** - Designar um fiscal para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato/carta-contrato e atestar as faturas, conforme previsto no artigo 67 da Lei 8.666/93 e no item 6 do Termo de Referência.
- b** - Receber os materiais, fazer a conferência e, quando atenderem ao objeto licitado, aprová-los;
- c** - Liquidar o empenho e efetuar o pagamento da fatura da(s) empresa(s) vencedora(s) do certame licitatório dentro dos prazos e condições pactuados;
- d** - Suspender o pagamento da nota fiscal/fatura sempre que houver obrigação contratual pendente por parte da empresa contratada, até a completa regularização;
- e** - Proporcionar todas as facilidades para que a empresa possa desempenhar seus serviços dentro das condições estabelecidas;
- f** – Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços e materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa contratada;
- g** - Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA, devidamente identificados através de crachás, às suas dependências para execução dos serviços;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÕES CONTRATOS E CONVÊNIOS

Processo nº 08650.001.325/2010-47

UASG: 200109

Edital de Pregão Eletrônico nº028/2011

h - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA para a perfeita execução dos serviços;

i - Tornar disponível, quando for o caso, instalações e equipamentos necessários à prestação dos serviços;

j - Comunicar oficialmente à Contratada quaisquer falhas verificadas no curso da execução do contrato, determinando o que for necessário à sua regularização;

k - Aplicar à Contratada as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis;

l - Verificar o cumprimento dos requisitos de qualificação profissional exigidos no Termo de Referência, bem como pelo CBO do MTE, exigindo da Contratada a substituição do profissional em caso de desatendimento de tais requisitos;

m - Exigir o imediato afastamento e/ou substituição de qualquer empregado da Contratada, ou subcontratado, cuja conduta, atuação, permanência e/ou comportamento sejam qualificados ou entendidos como prejudiciais, inconvenientes, inadequados ou insatisfatórios à disciplina da Contratante ou ao interesse do serviço público;

n - Comunicar oficialmente à Contratada, quando não houver necessidade de substituição de profissional nas ocorrências de ausência temporária, como falta, gozo de férias ou afastamentos legais de qualquer natureza;

o - **Exigir, mensalmente, os documentos comprobatórios do pagamento de pessoal, do recolhimento dos encargos sociais, benefícios, ou qualquer outro documento que julgar necessário;**

p - Acompanhar a entrega dos uniformes, quando for o caso, rejeitando os que não apresentarem boa qualidade e perfeito caimento nos profissionais, ou ainda os que estiverem em desacordo com as especificações exigidas;

q - É vedada à Administração e aos seus servidores a prática de atos de ingerência na administração da contratada, tais como:

q1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da contratada, devendo reportar-se somente ao(s) fiscal(is) ou preposto por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário, todavia somente quanto ao estritamente essencial para orientá-los quanto aos procedimentos atinentes à execução dos serviços;

q2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na(s) empresa(s) contratada(s);

q3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi designado pela Contratante;

q4. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens;

r) Não se vincular às disposições contidas em Acordos ou Convenções Coletivas que não tratem de matéria trabalhista, tais como as que estabeleçam valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÕES CONTRATOS E CONVÊNIOS

Processo nº 08650.001.325/2010-47

UASG: 200109

Edital de Pregão Eletrônico nº028/2011

3.2 Obrigações da Contratada

- a)** Executar o objeto em perfeitas condições, conforme proposta apresentada e exigências contidas no Edital e anexos.
- b)** atender de imediato as solicitações do Fiscal do Contrato, corrigindo no prazo máximo de 96 (noventa e seis) horas, após notificação, qualquer ocorrência de interrupção na prestação dos serviços contratados assegurado ao CONTRATANTE a aplicação das penalidades previstas neste Edital e seus anexos;
- c)** responder, em até 24 horas, solicitações do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, mediante telefone, fax, e-mail ou site a serem fornecidos, para resolução de problemas e esclarecimento de dúvidas de utilização do objeto.
- d)** Oferecer garantia mínima de **01 (um) ano** dos serviços/produtos, *on site*, a contar do recebimento definitivo do mesmo no DPRF/MJ. A garantia do objeto independe da vigência do contrato/carta-contrato.
- e)** Arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus funcionários durante a execução dos serviços ainda que no recinto do Departamento de Polícia Rodoviária Federal;
- f)** Atender prontamente qualquer exigência do representante do Departamento de Polícia Rodoviária Federal inerente ao objeto do contrato/carta-contrato;
- g)** Comunicar ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, ou não, e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- h)** Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus à Contratante, inclusive o transporte;
- i)** Nomear e manter preposto durante toda a execução do contrato/carta-contrato, com poderes para intermediar assuntos relativos ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais;
- j)** Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências do Departamento de Polícia Rodoviária Federal;
- l)** Executar fielmente o objeto contratado, de acordo com as normas legais, zelando sempre pelo seu bom desempenho, realizando os serviços ou entregando o objeto em conformidade com a proposta apresentada e nas orientações da contratante, observando os critérios de qualidade dos materiais a serem fornecidos, conforme prévia vistoria dos produtos a serem adquiridos, de modo a não alegar desconhecimento;
- m)** Não transferir a outrem a execução do objeto do contrato/carta-contrato, no todo ou em parte, sem a prévia e expressa anuência do Departamento de Polícia Rodoviária Federal;
- n)** Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, existentes ao tempo da contratação ou por vir, resultantes da execução do contrato/carta-contrato, salvo os fatos previstos pela teoria da imprevisão aludidos na legislação e doutrina administrativa.
- o)** elaborar e apresentar ao DPRF, mensalmente, relatório das atividades executadas;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA Rodoviária Federal – DPRF
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÕES CONTRATOS E CONVÊNIOS

Processo nº 08650.001.325/2010-47

UASG: 200109

Edital de Pregão Eletrônico nº028/2011

- p)** selecionar rigorosamente os perfis que irão prestar os serviços, encaminhando profissionais portadores de referências e respeitando principalmente as exigências contidas no Termo de Referência;
- q)** manter os seus perfis atualizados tecnologicamente, promovendo os treinamentos e participação em eventos de caráter técnico que permitam a prestação dos serviços em regime de excelência;
- r)** fornecer crachá de identificação de uso obrigatório para acesso às dependências do Departamento de Polícia Rodoviária Federal;
- s)** executar as atividades de suporte e operação de sistemas conforme itens 8, 9 e 10 do Termo de Referência;
- t)** responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução das obras e dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE;
- u)** orientar seus funcionários a manter sigilo sobre fatos, atos, dados ou documentos de que tome conhecimento e que tenham relação ou pertinência com a Polícia Rodoviária Federal, durante e após a prestação dos serviços, sujeitando-se a aplicação das sanções civis e penais pelo descumprimento;
- v)** implantar, de forma adequada, a supervisão permanente dos serviços, de modo a obter uma operação correta e eficaz;
- w)** responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus profissionais, da disciplina nos locais dos serviços, retirando no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal, assegurado ao CONTRATANTE a aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência e seus anexos;
- x)** arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- y)** Fornecer e manter atualizada junto à Fiscalização do Contrato relação nominal dos empregados e preposto(s), indicando nome completo, função, números de identidade e CPF, endereço e telefone residenciais, número de celular, horário e local de trabalho;
- z)** Apresentar à Fiscalização do Contrato, sempre que solicitado, os diplomas, certificados, controles de frequência, atestados, comprovantes e carteiras profissionais, bem como quaisquer outros documentos que digam respeito a seus empregados ou que, de alguma forma, tenham relação com o objeto do contrato e/ou com a prestação dos serviços contratados;
- aa)** Os prestadores que executarem os serviços nas instalações do DPRF deverão iniciar suas atividades dentro do horário previamente estabelecido pela Contratante, trajando uniforme completo, quando existente, e portando, obrigatoriamente, crachá de identificação fornecido pela Contratante, conforme normatização própria, devendo o mesmo ser utilizado na parte superior do uniforme, em local visível, durante todo o tempo em que permanecer nas instalações do DPRF;
- ab)** Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes dos serviços, tais como: salários, seguros de acidentes, tributos, indenizações, vale-refeição, vale transporte e



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÕES CONTRATOS E CONVÊNIOS

Processo nº 08650.001.325/2010-47

UASG: 200109

Edital de Pregão Eletrônico nº028/2011

outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;

ac) Efetuar o pagamento dos salários dos seus empregados através de depósito bancário, para facilitar a fiscalização da Administração, nos termos da Instrução Normativa 02/2009- SLTI, de 15 de outubro de 2009, Art. 19-A, III, e suas alterações;

ad) Observar os prazos legais e regulamentares na entrega dos vales-transporte e vales-refeição;

ae) Responsabilizar-se por todos os custos, despesas, encargos e obrigações resultantes de possível reclamação ou demanda judicial relacionada à execução do contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

af) Encaminhar mensalmente à Fiscalização do Contrato as Notas Fiscais/Faturas dos serviços prestados, bem como os comprovantes de pagamento dos salários e benefícios dos empregados e do devido recolhimento dos encargos sociais, e as folhas de ponto, os quais deverão ser entregues no setor de protocolo da Sede da Contratante, acondicionados em envelope endereçado à área responsável pela GESTÃO dos contratos da Contratante;

ag) Adotar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, quando acidentados ou acometidos de mal súbito, por meio do representante indicado como preposto;

ah) Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus funcionários, das normas determinadas pelo DPRF, no que lhes couber, em especial quanto as que se referem à Segurança Orgânica do Órgão, em especial no que se refere ao uso dos serviços de telefonia, e-mail ou outro instrumento disponibilizado pela Contratante;

ai) Encaminhar à Fiscalização do Contrato, com antecedência de 30 (trinta) dias, a relação de empregados que fruirão férias no período subsequente, assim como informar os dados daqueles que irão substituí-los;

aj) Responsabilizar-se pelo transporte de seu pessoal até as dependências da Contratante, por meios próprios ou mediante vale-transporte, inclusive em casos de paralisações dos transportes coletivos;

ak) Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto do Termo de Referência sem a prévia autorização da Contratante;

al) Executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pela Contratações;

am) Manter, durante o período de vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação, qualificação e regularidade exigidas no edital;

4 CLÁUSULA QUARTA – Da Execução

4.1 O serviços serão executados em conformidade com o disposto nos itens 7, 8, 9 e Anexos IA, IB e IC do Termo de Referência.

4.2 Considerando as características do mercado de TI, a contratada, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes do serviço, até o limite admitido de 30%.

4.3 A Aceitação dos serviços ocorrerá conforme descrito no item 10 do Termo de Referência.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÕES CONTRATOS E CONVÊNIOS

Processo nº 08650.001.325/2010-47

UASG: 200109

Edital de Pregão Eletrônico nº028/2011

5 CLÁUSULA QUINTA- Do Valor

- 5.1** O preço será cobrado em conformidade com o Termo de Referência do Edital e a proposta de preços apresentada pela CONTRATADA, na ocasião do processo licitatório, de acordo com o abaixo discriminado:
- 5.2** Preço por item R\$ _____ (_____).

6 CLÁUSULA SEXTA - Da Dotação Orçamentária

- 6.1** O valor para a execução do presente contrato correrá à conta do Programa de Trabalho nº 06.181.1386.8698.0001 e Elemento de Despesa nº 44.90.39, tendo sido emitida a Nota de Empenho Estimativa n.º _____, de _____ de _____ de 20____.

7 CLÁUSULA SÉTIMA - Do Pagamento

- 7.1** Os pagamentos serão efetuados até o 10º (décimo) dia útil após a aceitação e homologação dos serviços prestados, por fiscal designado para tal fim, e somente ocorrerá na data se a empresa apresentar as notas fiscais e estiver em situação regular e válida no cadastro do SICAF, inclusive com os documentos nele exigidos, acompanhada do Termo de Recebimento emitido pelo servidor responsável.
- 7.2** Em nenhuma hipótese será efetuado pagamento de Nota Fiscal/Fatura com o número do CNPJ diferente do que foi apresentado na proposta de preços, mesmo que sejam empresas consideradas matriz e filial ou vice-versa ou pertencentes ao mesmo grupo ou conglomerado.
- 7.3** O pagamento será creditado em favor da Contratada, através de ordem bancária, gerada pelo SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira), contra qualquer entidade indicada na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, a agência e o número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, o qual ocorrerá até o prazo estipulado para o pagamento, desde que atendidas as condições exigidas acima.
- 7.3.1** Não será procedido qualquer tipo de pagamento através de boleto bancário ou por outro meio diferente do exigido nos subitens 7.2 e 7.3.
- 7.4** Será procedida consulta “ON-LINE” junto ao SICAF antes de cada pagamento a ser efetuado à CONTRATADA, para verificação da situação da mesma, relativamente às condições de habilitação exigidas, cujos resultados serão impressos e juntados aos autos do processo próprio de pagamento.
- 7.5** Será retida na fonte, quando do pagamento, os tributos elencados na Instrução Normativa Conjunta SRF/STN/SFC nº 480, de 15 de dezembro de 2004, da Secretaria da Receita Federal, ou de norma superveniente emitida por Órgão competente.
- 7.6** Na hipótese de atraso do pagamento, fora do prazo estabelecido, cuja nota fiscal foi devidamente atestada e protocolada, em que a CONTRATADA não haja concorrido em motivo



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÕES CONTRATOS E CONVÊNIOS

Processo nº 08650.001.325/2010-47

UASG: 200109

Edital de Pregão Eletrônico nº028/2011

para tanto, o valor devido será atualizado financeiramente, a partir do 1º dia útil após a data limite estipulada até a data do efetivo pagamento, sendo definido como índice de atualização a Taxa de Referência (TR), *pro rata temporis*, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

EM= Atualização Financeira

N= Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP=Valor da parcela a ser paga

I= Índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX/365) = (6/365) = 0,00016438$ (percentual da taxa anual de 6%), por dia incidente sobre o principal.

7.7 Se na data da liquidação da obrigação por parte da CONTRATANTE existir qualquer um dos documentos exigidos pelo cadastro do SICAF com validade vencida, a CONTRATADA deverá providenciar a(s) sua(s) regularização(ões) junto à sua unidade cadastradora no referido sistema, ficando o pagamento pendente de liquidação até que sua situação seja tornada regular, reiniciando-se, a partir do dia que seja sanada a irregularidade, o prazo para pagamento, sendo que a CONTRATADA se obriga a comunicar a CONTRATANTE da regularização no SICAF.

7.8 **Parágrafo Primeiro** - O pagamento será processado mediante Ordem Bancária, através do BANCO - _____, para crédito da CONTRATADA, junto a Agência nº _____, e conta corrente nº _____.

8 CLÁUSULA OITAVA - Do Aumento e Supressão de Quantidade

8.1 No interesse do DPRF, o objeto deste instrumento contratual poderá ser suprimido ou aumentado até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, facultada a supressão além desse limite, por acordo entre as partes, conforme disposto no artigo 65, parágrafos primeiro e segundo, inciso II, da Lei n.º 8.666/93.

9 CLÁUSULA NONA - Da Vigência

9.1 O presente Contrato Administrativo terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data de sua publicação., podendo ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses.

10 CLÁUSULA DÉCIMA - Da Garantia Contratual

10.1 A CONTRATADA apresentou como garantia de execução contratual, a modalidade de garantia na forma de _____, em conformidade com as condições estabelecidas no Edital.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA Rodoviária Federal – DPRF
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÕES CONTRATOS E CONVÊNIOS

Processo nº 08650.001.325/2010-47

UASG: 200109

Edital de Pregão Eletrônico nº028/2011

11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Das Sanções

11.1 DAS SANÇÕES APLICÁVEIS A PROPONENTE:

11.1.1 A PROPONENTE que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

11.1.1.1 As penalidades serão registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, o licitante será descredenciado por igual período, sem prejuízo das demais cominações legais.

11.2 DAS SANÇÕES APLICÁVEIS À ADJUDICATÁRIA:

11.2.1 Caso a adjudicatária se recuse a assinar o Contrato ou retirar a Nota de Empenho ou não assinar o contrato no prazo indicado, após devidamente notificada, sem motivo justificado, caracterizar-se-á o descumprimento total da obrigação assumida.

11.2.1.1 Ocorrendo a hipótese referida no subitem 11.2.1, a Coordenação-Geral de Administração determinará a anulação da Nota de Empenho, ficando ainda a adjudicatária, assegurados o contraditório e ampla defesa, sujeita às seguintes sanções:

a) aplicação de multa compensatória correspondente a 20% (vinte por cento) do valor total da proposta; e

b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a União e descredenciamento no SICAF prazo de até 5 (cinco) anos.

11.2.2 O valor da multa de que trata a alínea “a” do subitem anterior deverá ser recolhido pela adjudicatária inadimplente dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir de sua intimação, através de GRU no código da receita informado.

11.2.2.1 Decorrido o prazo sem que haja recurso ou manifestação da adjudicatária, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal, por intermédio da Coordenação-Geral de Administração, adotará as medidas cabíveis visando a cobrança por via judicial.

11.3 DA MULTA COMPENSATÓRIA:

11.3.1 A multa compensatória, subitem 11.2.1.1, alínea “a”, será aplicada a adjudicatária que após devidamente notificada, não comparecer para proceder a assinatura do contrato no prazo indicado, configurando o descumprimento total da obrigação assumida, conforme preconiza o art. 81 c/c art. 87, II, da Lei nº 8.666/93, independente das demais cominações legais cumulativas.

11.3.1.1 A adjudicatária não incorrerá em multa compensatória quando houver prorrogação do prazo, previamente autorizado pelo órgão licitador, em decorrência de impedimentos efeti-



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÕES CONTRATOS E CONVÊNIOS

Processo nº 08650.001.325/2010-47

UASG: 200109

Edital de Pregão Eletrônico nº028/2011

vamente verificados sem que a ela seja imputável a culpa, ou em decorrência de acréscimos ou modificações no objeto inicialmente ajustado, respeitado o limite legal.

11.4 ADVERTÊNCIA:

11.4.1 A aplicação de advertência será efetuada nos seguintes casos:

- a) descumprimento das obrigações assumidas contratualmente, desde que não acarretem prejuízos para a CONTRATANTE, independentemente da aplicação de multa moratória;
- b) execução insatisfatória ou inexecução dos serviços, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou inidoneidade;
- c) outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento dos serviços da CONTRATANTE, a seu critério, desde que não sejam passíveis de sanção mais grave;

11.5 MULTA MORATÓRIA:

11.5.1 A multa moratória, ex vi do art. 86, e multa por inexecução contratual, ex vi do art. 87, ambos dispositivos da Lei n.º 8.666, de 1993, na forma e nos percentuais abaixo estabelecidos, serão aplicadas quando a contratada deixar de cumprir ou descumprir de forma parcial ou total as obrigações inerentes ao objeto do contrato, como também as obrigações acessórias legais ou extra-legais relacionadas no instrumento contratual, independente das demais cominações legais cumulativas.

11.5.1.1 A multa moratória será cobrada pelo atraso injustificado na entrega do bem, na entrega das peças e acessórios ou de quaisquer relatórios ou documentos a ele relacionados, solicitado pelo responsável pelo acompanhamento do contrato com prazo determinado para entrega, sem justificativa por escrito e aceito pelo preposto do órgão licitador, sujeitará a adjudicatária ou a contratada, conforme o caso, à multa de mora de 0,5% (meio por cento por dia de atraso) do valor da proposta ou da etapa a ser adimplida, até a data do efetivo cumprimento, observado o limite de 20% (vinte por cento) do valor da proposta ou do contrato, conforme o caso. Atingido tal limite, será considerada a inexecução total da obrigação assumida ou será rescindido unilateralmente o contrato, conforme o caso.

11.5.1.1.1 a multa moratória será aplicada a partir do 2º (segundo) dia útil da inadimplência, contados da data definida para o regular cumprimento da obrigação.

11.6 MULTA POR INEXECUÇÃO CONTRATUAL:

11.6.1 A multa por inexecução parcial ou total do contrato será aplicada quando a contratada incorrer, dentre outras, em uma das situações a seguir indicadas, no percentual de até 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado da obrigação não cumprida:

11.6.2 Deixar de cumprir integralmente a etapa do fornecimento no prazo avençado, inclusive suas peças e acessórios, caracterizando o inadimplemento total da obrigação, com lesão ao interesse público, que enseje rescisão unilateral do contrato.

Multa: 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÕES CONTRATOS E CONVÊNIOS

Processo nº 08650.001.325/2010-47

UASG: 200109

Edital de Pregão Eletrônico nº028/2011

11.6.3 Cumprir parcialmente o objeto do contrato, caracterizando como fornecimento do bem de forma parcelada, que não esteja devidamente autorizado a fazê-la, ou seja, de sucessivas vezes para completar o contratado, ou ainda, de modo incompleto, isto é, não entregar o objeto contratado no prazo e na quantidade estipulada..

Multa: 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

11.6.4 Fornecer o bem ou prestar o serviço em desacordo com os padrões exigidos pela Polícia Rodoviária Federal, ou fora dos padrões de segurança e qualidade definidos independente de menção expressa no Edital;

Multa: 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

11.6.5 Se, a partir do 2º (segundo) dia útil, após devidamente notificada, não corrigir ou sanar, os defeitos ou incorreções constatados em qualquer fase de execução do contrato, relativo a prestação do serviço, bem como não realizar a substituição das peças e acessórios fornecidos em desacordo com o contratado.

Multa: 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

11.6.6 A aplicação da multa por inexecução contratual independe da multa moratória eventualmente já aplicada ou em fase de aplicação, podendo ser aplicada cumulativamente.

11.6.7 A multa, aplicada após regular processo administrativo, garantido a ampla defesa e o contraditório, serão deduzidas da garantia oferecida como garantia do contrato.

11.6.8 Se o valor das multas aplicadas, for superior ao valor da quantia prestada, além da perda desta, responderá a contratada pela diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos à mesma, obrigando-se ainda a contratada a apresentar nova garantia para a cobertura contratual, ou será cobrada judicialmente.

11.7 SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO DIREITO DE LICITAR E CONTRATAR COM A UNIÃO:

11.7.1 A suspensão do direito de licitar e contratar com a UNIÃO, independente das demais cominações legais cumulativas, pode ser aplicada ao licitante ou ao contratado que, de forma dolosa ou culposa, prejudicar o andamento ou execução do certame licitatório, e especialmente a:

11.7.1.1 se recusar a fornecer informações suficientes ou fornecê-las inadequadamente, no que diz respeito à sua fruição, qualidade e riscos de operacionalização;

11.7.1.2 cometer quaisquer irregularidades que acarretem ou possam acarretar prejuízos ao órgão licitador;

11.7.1.3 tiver sofrido, até a data da licitação, condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal ou trabalhista ou previdenciária no recolhimento de quaisquer tributos incluindo-se as contribuições sociais;

11.7.1.4 praticar atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÕES CONTRATOS E CONVÊNIOS

Processo nº 08650.001.325/2010-47

UASG: 200109

Edital de Pregão Eletrônico nº028/2011

11.7.1.5 demonstrar, na época da licitação, não possuir idoneidade para licitar e contratar com o órgão licitador, em virtude de atos ilícitos praticados;

11.7.1.6 praticar ação com improbidade e premeditada em prejuízo do órgão licitador ou ações que evidenciem interesses escusos ou má-fé;

11.7.1.7 apresentar ao órgão licitador, quando da licitação, documento falso ou falsificado, no todo ou em parte:

PRAZO DE SUSPENSÃO: até 5 (cinco) anos.

11.8 DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

11.8.1 A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com toda a Administração Pública será proposta pelo Pregoeiro, pela Divisão de Licitações, Contratos e Convênios ou por servidor ou por fiscal devidamente designado para fiscalizar o contrato, conforme a situação, a Autoridade competente do DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, visando a aplicação da sanção à licitante ou a contratada, pelas seguintes situações e prazo:

11.8.1.1 condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

11.8.1.2 prática de atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

11.8.1.3 demonstração de não possuir idoneidade para licitar e contratar com o órgão licitador, em virtude de atos ilícitos praticados;

11.8.1.4 praticar ação com improbidade ou ações premeditadas que evidenciem interesses escusos ou má-fé em prejuízo do órgão licitador;

11.8.1.5 apresentar na licitação qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, na licitação ou durante a execução do contrato;

11.8.1.6 se recusar a assinar o contrato, quando devidamente convocado, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida.

PRAZO DE DECLARAÇÃO: até 5 (cinco) anos.

11.9 DA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

11.9.1 As sanções de que tratam o item 11 serão aplicadas pelo Coordenador-Geral de Administração do Departamento de Polícia Rodoviária Federal com exceção da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública.

11.9.1.1 Dos atos praticados pelo Coordenador-Geral de Administração, caberá recurso ao Diretor-Geral do Departamento de Polícia Rodoviária Federal no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da intimação do ato, o qual deverá ser interposto perante a autoridade recorrida, que poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo, devidamente informado, para apreciação e decisão da autoridade superior.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÕES CONTRATOS E CONVÊNIOS

Processo nº 08650.001.325/2010-47

UASG: 200109

Edital de Pregão Eletrônico nº028/2011

11.9.2 A declaração de inidoneidade será proposta ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça, mediante parecer fundamentado, a quem caberá decidir e aplicar a sanção.

11.9.3 A aplicação das sanções será efetuada mediante autuação em processo administrativo instaurado para esta finalidade, aberto mediante requerimento devidamente fundamentado apresentado pelo Pregoeiro ou pela Divisão de Licitações, Contratos e Convênios ou por servidor ou por fiscal devidamente designado para fiscalizar o contrato, conforme a situação, observado o contraditório e a ampla defesa no âmbito administrativo, observando-se as disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como da Lei nº 9.784/99, no que couber.

11.9.3.1 Após instauração do processo administrativo, será comunicado ao preposto da empresa contratada a situação que gerou a ocorrência e a intenção de aplicação da penalidade, abrindo-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis para oferecimento de defesa prévia. No caso de aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, o prazo para o oferecimento de defesa prévia será de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação e abertura de vista dos autos na sede do órgão licitador.

12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Da Rescisão

12.1 Constituem motivos para rescisão do contrato:

- I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais especificações, projetos ou prazos;
- III - a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;
- IV - o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
- V - a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- VI - a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Edital e no Contrato;
- VII - o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- VIII - o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 desta Lei;
- IX - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- X - a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- XI - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÕES CONTRATOS E CONVÊNIOS

Processo nº 08650.001.325/2010-47

UASG: 200109

Edital de Pregão Eletrônico nº028/2011

XII - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

XIII - a supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 desta Lei;

XIV - a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

XV - o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

XVI - a não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto/Termo de Referência;

XVII - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

XVIII – descumprimento do disposto no inciso V do art. 27da [Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#), sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

12.2 Parágrafo Segundo - Da Formalização dos Casos de Rescisão

12.2.1 Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.3 Parágrafo Terceiro - A rescisão deste Contrato poderá ser:

I- determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII desta cláusula.

II- amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, deste que haja conveniência para a CONTRATANTE.

III- judicial, nos termos da legislação;

12.4 Parágrafo Quarto - Da Rescisão Administrativa ou Amigável

12.4.1 Nos casos de rescisão administrativa ou amigável a rescisão deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada do Coordenador-Geral de Administração da CONTRA-



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÕES CONTRATOS E CONVÊNIOS

Processo nº 08650.001.325/2010-47

UASG: 200109

Edital de Pregão Eletrônico nº028/2011

TANTE.

12.5 Parágrafo Quinto - Da Rescisão Unilateral

12.5.1 A rescisão de que trata os incisos de I a XII e XVII desta cláusula acarretará as sanções previstas neste Contrato, sem prejuízo das demais sanções previstas em Lei, conforme previsto no art. 80 da Lei 8.666/93.

13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Da Publicação

13.1 A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, correndo as despesas com a publicação por conta do CONTRATANTE.

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Do Foro

14.1 Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento contratual.

E assim sendo, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes, a seguir, firmam o presente instrumento, em 3 (três) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de duas testemunhas

Brasília, XX de XXXXXXXX de 2011.

MARCELO APARECIDO MORENO

Coordenador-Geral de Administração

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Procurador

TESTEMUNHAS:



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL – DPRF
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÕES CONTRATOS E CONVÊNIOS

Processo nº 08650.001.325/2010-47

UASG: 200109

Edital de Pregão Eletrônico nº028/2011

ANEXO III - DO EDITAL

PLANILHA DE PREÇO MÁXIMO ADMISSÍVEL

<i>Objeto</i>		<i>QTD</i>	<i>Unid.</i>	<i>Valor unitário</i>	<i>Valor Máximo Admissível</i>
01	Desenvolvimento, manutenção e documentação de sistemas de informação	14.000	PF	R\$ 596,20	R\$ 8.346.760,00
02	Teste e qualidade de sistemas	10.500	PF	237,78	R\$ 2.496.732,00
GRUPO I - Assessoria técnica em Tecnologia da Informação					
03	Responsável técnico	4.400	hora	120,31	R\$ 529.378,67
04	Gerente de projeto	16.128	hora	123,08	R\$ 1.985.088,00
05	Analista de produção	8.800	hora	97,33	R\$ 856.504,00
06	Gerente de configuração e mudanças	8.800	hora	115,78	R\$ 1.018.834,67
07	Analista de sistemas – especialidade métrica	8.800	hora	101,39	R\$ 892.261,33
Total do grupo		** Erro na expres são **	hora	-----	** Erro na expressão **

Obs.: Para elaboração das propostas é importante ler todo o Edital e anexos, bem como observar o(s) valor(es) máximo(s) admissível(is) acima determinado(s).

Abaixo seguem itens retirados do edital que demandam especial atenção quando da elaboração das propostas:

5.4.1 O sistema disponibilizará campo próprio para a **descrição detalhada do objeto ofertado, de preenchimento obrigatório**, onde o licitante deverá detalhar os elementos técnicos do objeto licitado, sob pena de recusa da proposta.

5.4.2 Descrições com a informação “conforme o edital” ou equivalente serão sumariamente desclassificadas, por não oferecerem informações mínimas a respeito do objeto.

5.9. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÕES CONTRATOS E CONVÊNIOS

Processo nº 08650.001.325/2010-47

UASG: 200109

Edital de Pregão Eletrônico nº028/2011

8.3. *A classificação das propostas será pelo critério de **menor preço por item e por grupo**.*

8.3.5 *Para esta licitação o item 3 (três) a que se refere o TERMO DE REFERÊNCIA foi subdividido em 5 (cinco) itens, sendo: itens 3,4,5,6 e 7, que comporão 1 (um) único grupo, para que, assim, possibilite o envio de lances unitários para cada perfil de profissional exigido no grupo.*

8.3.6 *Para os itens agrupados a proposta vencedora será a que obtiver o menor valor do grupo, formado pela soma dos itens que o compõe.*

8.3.7 *A reunião dos itens está informada na Planilha de Preços Máximos Admissíveis.*

8.3.8 *Nenhum dos valores, detalhados na planilha de preços máximos admitidos, poderá estar acima do valor estimado.*

8.4. Os itens 01, 02 e o grupo 1 serão adjudicados para empresas diferentes entre si. Tal restrição visa assegurar a necessária segregação das funções de executor e fiscalizador dos serviços;

8.5. *Caso uma empresa licitante participe de mais de um item, ou um item e um grupo, e logre-se ser a vencedora de mais de um dos itens, ou um grupo e um item, deverá manifestar-se por escrito, por solicitação do Pregoeiro, sobre a decisão de desistência do item ou do grupo do qual não deseje ser adjudicado, visando garantir o disposto no item anterior.*

21.3. *Quando a descrição do objeto no SIASG divergir do Edital e seus anexos, considerar-se-á as especificações do segundo.*

21.6. *Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.*



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL – DPRF
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÕES CONTRATOS E CONVÊNIOS

Processo nº 08650.001.325/2010-47

UASG: 200109

Edital de Pregão Eletrônico nº028/2011

ANEXO IV - DO EDITAL

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

AO

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL

A Empresa _____, inscrita no CNPJ(CGC)/MF sob nº _____ instalada na (endereço completo), *telefone, fax e endereço eletrônico* (e-mail), este último se houver, apresenta proposta para :

<i>Objeto</i>		<i>QTD</i>	<i>Valor unitário</i>	<i>Valor Total (em algarismo e por extenso)</i>
01	<i>(descrição detalhada, incluindo marca e modelo)</i>		R\$	R\$

- a) O valor total de proposta é de _____ (em algarismo e por extenso)
- b) Validade da Proposta: _____ dias (*não inferior a 60 dias*).
- c) Os Pagamentos deverão ser efetuados no Banco _____ Agência _____ Conta Corrente nº _____.
- d) Declaramos aceitação total e irrestrita às condições do presente Edital, bem como que na nossa proposta, os valores apresentados englobam todas as despesas com tributos, impostos, contribuições fiscais, parafiscais ou taxas, inclusive, porventura, com serviços de terceiros, que incidam direta ou indiretamente no valor dos serviços cotados que venham a onerar o objeto desta licitação.
- e) Declaramos que os prazos serão os indicados ou os solicitados na forma do Termo de Referência e Edital.
- f) Declaramos que aceitamos acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do Contrato, de acordo com o § 1º do Artigo 65 da Lei n.º 8.666/93.

Data da Proposta

Nome, RG/CPF e assinatura do representante da empresa

Carimbo do CNPJ/MF